



Seminário
“Desmatamento na Amazônia: um diálogo necessário. É possível?”
6 e 7 de maio de 2008, Belém (PA)

Relatório Síntese

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp)

Equipe formuladora do Relatório:

Ana Paula Dutra Aguiar (INPE)
Roberto Araújo (MPEG)
Ima Vieira (MPEG)
Peter Toledo (Idesp)
Nilson Gabas (MPEG)

Tópicos

- 1 Objetivos e estrutura do evento
 - 2 Resumo dos painéis: principais questões e contrapontos
- Abertura
- Painel 1: A visão da Academia
- Painel 2: A visão das ONGs
- Painel 3: A visão dos tomadores de decisão e empresariado
- 3 Principais recomendações (consensos, conflitos, questões em aberto)
 - 4 Considerações finais

1. Objetivos e estrutura do evento

O seminário teve por objetivo aprofundar o conhecimento científico sobre o desmatamento na Amazônia, a partir do ponto de vista da comunidade científica, das organizações não-governamentais, dos empresários e dos tomadores de decisões. A idéia foi realizar um amplo diálogo entre esses atores para sistematizar recomendações aos tomadores de decisões. A proposta de debate nasceu de dois eventos recentes relacionados ao desmatamento: (a) o lançamento do Plano Desmatamento Zero por nove ONGs em outubro de 2007, contestada por cientistas da Rede

Geoma; (b) a polêmica em torno dos números publicados pelo INPE em janeiro de 2008, contestados pelo Governo do Mato Grosso, que indicavam um possível aumento das taxas de desflorestamento após três anos consecutivos de queda.

O evento contou com o apoio da Rede de Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma) e integra o Ciclo 'Idéias & Debates' promovido pelo Museu Goeldi, desde 2002, com o objetivo de democratizar o conhecimento científico produzido sobre a Amazônia.

Aberto ao público, o evento foi realizado no Auditório Dr. Paulo Cavalcante, no Campus de Pesquisa do Goeldi, na Avenida Perimetral. A sessão de abertura ocorreu no dia 6, às 9 horas, presidida por Nilson Gabas Jr., vice-diretor do Museu Goeldi, e contou com a presença do Chefe da Casa Civil do Estado do Pará, Cláudio Puty, de Ima Célia Vieira, Diretora do Museu Goeldi, e Peter Toledo, Diretor do Idesp.

Em seguida, teve início o Painel 1, reunindo a comunidade científica em torno do tema, coordenado pelo diretor do Idesp, Peter Mann de Toledo. O painel contou com a participação dos palestrantes Gilberto Câmara (INPE), Alfredo Homma (Embrapa Amazônia Oriental), Francisco de Assis Costa (UFPA), Roberto Araújo (MPEG) e Bertha Becker (UFRJ).

À tarde, das 14 às 19 horas, foi realizado o Painel 2, destinado às organizações não-governamentais. Coordenado pelo pesquisador Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, o debate contou com a participação de David MacGrath (IPAM), Adrian Garda (Conservação Internacional), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra), Paulo Adário (Greenpeace), Jane Silva (Comissão Pastoral da Terra-Pará) e Carlos Souza (Imazon).

Na quarta-feira, dia 7, das 8h30 às 13 horas, os empresários e tomadores de decisão apresentaram sua visão sobre o desmatamento da Amazônia. Nilson Gabas (MPEG) foi o moderador do painel, que contou com a participação do representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Marcelino Françoso; da diretora do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), Raimunda Monteiro; do Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso, Salatiel Alves Araújo; do representante do Ministério do Meio Ambiente, Fernanda Carvalho; e do setor produtivo, representado por Armando Soares (Faepa) e Justiniano de Queiroz (AIMEX).

No final de cada sessão, o público pôde participar e dirigir questões aos debatedores. A íntegra dos painéis está disponível no [portal do Museu Goeldi](#), incluindo arquivos com apresentações e gravações.

O presente documento síntese aponta os principais tópicos apresentados por cada debatedor. As opiniões apresentadas foram, em muitos pontos, complementares e, em outros, bastante conflitantes. O documento busca, na segunda parte, ressaltar os consensos e discordâncias entre as sessões e sumariar as propostas sugeridas por cada um dos setores.

2. Resumo dos painéis: principais questões e contrapontos

2.1 Abertura

A abertura foi presidida por Nilson Gabas Jr., vice-diretor do Museu Goeldi, e contou com a presença do Chefe da Casa Civil do Estado do Pará, Cláudio Puty, de Ima Célia Vieira, Diretora do Museu Goeldi, e Peter Toledo, Diretor do Idesp.

A **Dra. Ima** inicialmente fez um breve histórico das questões recentes relacionadas ao desflorestamento, desde a liberação dos dados do PRODES pelo INPE até as novas possibilidades de monitoramento, graças ao avanço tecnológico (satélites, geoprocessamento, etc.). Comentou também o Plano de Combate ao Desmatamento, o PAS, o PAC, as ações de combate à grilagem e ao trabalho escravo, as ações do Ministério Público e das ONGs, o avanço da soja e da pecuária, a criação de assentamentos, etc. Como questões para o debate, a Dra. Ima propôs:

- Já conhecemos o suficiente, o que queremos deter?
- O que é desmatamento, como defini-lo? (corte raso, etc.?)
- Os sistemas de monitoramento são complementares, compatíveis?
- É possível frear a apropriação de terras públicas?
- É possível ter um pacto de uso do território?

Foi também mencionado pelo **Dr. Gabas** a importância de debater questões correlatas, como a questão indígena, incluindo conflitos de fronteira e de utilização dos recursos naturais dentro das Terras Indígenas, assim como as condições de vida das populações indígenas.

O **Dr. Cláudio Puty** enfatizou que o desmatamento deve ser entendido com um fenômeno sistêmico, fruto de um modelo de desenvolvimento econômico, sem segmentação do conhecimento (por exemplo, dimensões humanas). Ele mencionou também que mecanismos de controle devem considerar os diversos aspectos da questão; citou o exemplo da operação recente (março de 2008) em Tailândia, que desmontou a base econômica do município, sendo insustentável para os cofres públicos e população local. Finalmente, mencionou o papel das instituições no desflorestamento.

O **Dr. Peter Mann de Toledo** disse em sua fala de abertura que, embora existam visões conflitantes entre os participantes do debate, todos estão interessados no sucesso e sustentabilidade da Amazônia, e que este diálogo é uma forma de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas vigentes de monitoramento e controle do desmatamento.

Apresentamos, então, a seguir, um breve resumo de cada um dos painéis, levantando os pontos considerados mais relevantes de cada uma das apresentações, que indiquem consensos ou visões conflitantes, de modo a apontar caminhos que possam ser percorridos para atingir este objetivo comum.

2.2 Painel 1 – Visão da Academia

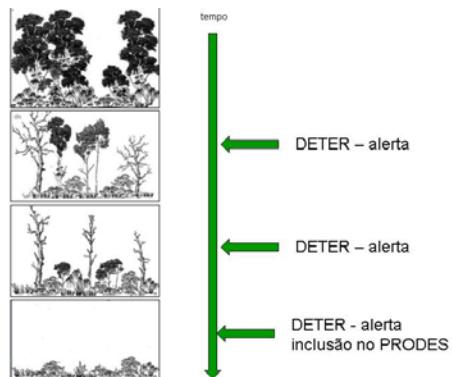
Neste painel foram feitas as seguintes apresentações:

- Dr. Gilberto Câmara (INPE): [“Monitoramento do Desmatamento da Amazônia por Satélite”](#)
Dr. Alfredo Homma (Embrapa Amazônia Oriental): [“Terceira natureza: Atividades produtivas adequadas”](#)
Dr. Francisco Costa (UFPa): [“Dinâmica Agrária e Desmatamento na Amazônia: conhecimento e política”](#)
Dr. Roberto Araújo (MPEG): [“Território, Ocupação Humana e Papel das Instituições”](#)
Dra. Bertha Becker (UFRJ): [“Amazônia, Fronteira da Modernidade no Século XXI”](#)

O **Dr. Gilberto Câmara** apresentou os sistemas de monitoramento do desmatamento desenvolvidos pelo INPE, com foco na questão científica: quais são os processos de desmatamento na Amazônia e como monitorá-los com imagens de satélite? Diferenciou dois processos distintos de desmatamento:

corte e queima e degradação progressiva. No sistema de corte e queima, o corte é realizado no início da estação seca, e a queima no final da estação seca. Já no processo de degradação progressiva, é realizada a extração seletiva da madeira, seguida de queima, novas retiradas, e assim sucessivamente, numa degradação crescente da cobertura florestal. Em ambos os casos, o resultado final é o corte raso, que pode ocorrer no mesmo ano (no sistema mais tradicional de corte e queima), ou após vários anos de degradação do dossel florestal. Os sistemas de monitoramento do INPE têm, portanto, finalidades distintas:

- PRODES: cálculo de taxas anuais de desmatamento (corte raso), com base em imagens Landsat e CBERS;
- DETER: monitoramento para fins de fiscalização (com periodicidade de 15 dias) de polígonos de desmatamento. As características do sensor MODIS e procedimento adotado permitem a identificação tanto de corte raso, quanto de floresta degradada, em diferentes estágios, como ilustra a figura abaixo, extraída dos slides:



O compromisso do INPE é manter tais sistemas, buscar mapear também a dinâmica de degradação progressiva no maior detalhe possível, com satélites de melhor resolução, e melhorar a tecnologia de satélites.

Quanto à discordância com o Governo do Mato Grosso, que possui um sistema próprio de monitoramento (o SAD, desenvolvido pela ONG Imazon; ver apresentações no Painel 2), em relação aos números publicados em janeiro de 2008 com base nos dados do DETER, que indicavam um forte aumento do desflorestamento no Estado, a posição do INPE foi: (a) esclarecer que os dados do DETER e PRODES não são diretamente comparáveis em termos de cálculo de área (embora o DETER seja um indicador de um processo que levará ao corte raso); (b) compromisso em monitorar de forma mais apurada a dinâmica de degradação progressiva; (c) validação de campo; (d) publicação de relatório de avaliação dos pontos de campo levantados pelo Governo do Estado do Mato Grosso. Os relatórios de avaliação do INPE estão disponíveis no site do INPE. As avaliações feitas pelo INPE constataram um erro de apenas 4% no desflorestamento estimado pelo DETER.

Os demais apresentadores deste painel abordaram aspectos subjacentes à questão do desmatamento, em suma:

- Necessidade de política agrícola consistente para áreas já abertas, e questões de segurança alimentar;

- Necessidade de estoque de tecnologias que viabilizem um novo modelo econômico;
- Questões estruturais relativas ao papel das instituições: subversão da lógica das instituições para atender interesses de grupos específicos e reprodução de mecanismos de dependência social;
- Heterogeneidade de atores e trajetórias: como atuar em “boas” e “máis” trajetórias?
- Análise dos possíveis efeitos de pagamentos de serviços ambientais nas economias locais e regionais;
- Regionalização: economia baseada na biodiversidade para áreas de floresta, e investimentos em agricultura e mineração nas áreas já abertas.

O Dr. Alfredo Homma defendeu na sua palestra que *o problema da Amazônia não é ambiental, mas sim de falta de política agrícola*. Acredita que defender floresta em pé pode não ser a solução para conter o desmatamento. Sua proposta é recuperar a “segunda natureza” (áreas abertas e degradadas) para transformá-las em uma “terceira natureza”, com atividades mais adequadas. Citou entre outros: (a) pecuária não deve ser vista como um inimigo a ser combatido, pois pode ser uma solução econômica para pequenos e médios proprietários (leite e venda de bezerros); (b) a importância de incentivar culturas permanentes como diferencial para a agricultura familiar; (c) acredita que não se deve defender o extrativismo ou a exploração da biodiversidade como conceitos abstratos, pois existem possibilidades reais de negócio que o Brasil não está aproveitando, como o cacau e a borracha; (d) acredita que soluções extrativistas pontuais, dispersas, que favoreçam um grupo pequeno de pessoas, sem estruturação de mercados, são paliativas e de pequeno alcance; (e) e, nos casos de sucesso, atividades extrativistas podem tornar-se uma ameaça ambiental (como no caso do açaí, que vem sendo plantado indiscriminadamente nas várzeas); (f) aponta as guzeiras (siderúrgicas para produção de ferro guza) como um dos grandes responsáveis pelo desflorestamento no Estado do Pará; Colocou então como propostas práticas:

- Recuperação de pastagens degradadas;
- Plantio de cacau e seringueira;
- Reflorestamento para guzeiras;
- Plantio de açaí em terras firmes.

O Dr. Homma enfatizou também a questão da segurança alimentar. Citou como exemplo o Estado do Amapá, que busca criar uma economia florestal e, como resultado, importa alimentos produzidos no Pará, “exportando” o desmatamento.

Em seguida, o Dr. Francisco Costa apresentou o trabalho que vem realizando, numa tentativa pessoal de visualizar sínteses e indicar rumos para os tomadores de decisão. Este esforço inclui o estudo de uma (Nova) Economia Política, produto de uma convergência teórica em andamento entre as principais fontes da heterodoxia econômica, institucionalismo clássico e econômica espacial. O foco é a análise de *agentes heterogêneos* que atuam em competição pelos recursos nacionais e institucionais que constrangem e moldam seus sistemas econômicos, e suas trajetórias. Para o autor, a diferenciação de atores e trajetórias heterogêneos é essencial para subsidiar corretamente políticas públicas. O objetivo é entender se há possibilidade de mudanças nas trajetórias dos agentes, via mediação do Estado.

Através de técnicas de modelagem econômica, Francisco Costa exemplificou dois de seus trabalhos que contribuem para o debate:

- Um modelo de análise da rentabilidade da pecuária com diferentes trajetórias, no qual são analisadas as relações de rentabilidade/ha, número de cabeças e grau de intensificação (capacidade de suporte: número de animais/ha). Os resultados mostram que a pecuária é rentável na Amazônia justamente por ser extensiva: o aumento da rentabilidade se dá através da incorporação de novas áreas, mantendo a mesma baixa capacidade de suporte (isto é, *o desmatamento é parte do sistema produtivo dos pecuaristas*). A intensificação somente é rentável em grande escala, acima de 7.000 cabeças (isto é, associada à concentração fundiária). Em pequena escala, a intensificação não aumenta a rentabilidade, devido ao custo maior, tornando-a inclusive negativa. Isto é, no mais baixo nível tecnológico, ela pode ser rentável. Criticando o Relatório do Banco Mundial sobre a Pecuária diz: “a pecuária na Amazônia é rentável, mas não moderna”.
- Num outro estudo, o pesquisador apresenta os resultados da simulação de quatro cenários relativos ao *pagamento de compensação aos produtores pela manutenção da floresta*, considerando que as trajetórias agrárias participam de modos distintos nos vetores de emissão de carbono. Suas conclusões indicam que:
 - Esquemas de compensação focados exclusivamente nos agentes (e não considerando os impactos estruturais na economia local), orientados para a não-produção acarretarão, sistematicamente, perdas para a economia local. Paradoxalmente tais esquemas podem, inclusive, aumentar a produção em nível da economia local, porque outros agentes acorrem para resolver as tensões causadas pela não-produção, elevando a oferta de bens, normalmente com os mesmos métodos da produção prévia. E, dado que não participam do esquema de contenção, eles não podem ser contestados pelos mecanismos de *enforcement*. O melhor cenário, com ganhos econômicos e ambientais (isto é, a efetiva redução das emissões), seria de um programa de compensação por emissão evitada que lograsse *induzir uma conversão na base produtiva* dos sistemas que mostram os piores balanços de carbono pelos sistemas que mostraram os melhores. Isto é, não pagar pela “não produção”, mas incentivar uma transformação dos sistemas produtivos.
 - Em um dos cenários apresentados, chama a atenção o papel da *mineração*. Fortes investimentos do setor podem gerar tamanhas transformações nas economias locais que poderiam tornar inócuas medidas focadas apenas no produtor rural, ressaltando que o papel da atividade mineradora na Amazônia deve ser considerado nas políticas de controle do desmatamento.

O Dr. Roberto Araújo apresentou uma visão sobre a questão das instituições na Amazônia, com foco na questão: *quais estruturas sociais se reproduzem no processo de construção do território?* Para o pesquisador, tais estruturas podem ser resumidas nos seguintes aspectos, inter-conectados:

- *Modo de dominação fundado no controle do acesso ao mercado* desde a época da borracha com o avivamento, e que se mantém de modos mais elaborados. Exemplo, canais de mercado das populações locais controlados por empresas específicas, para produtos da floresta (madeireiros ou não).
- Território se organiza em função de dispositivos de retenção-redistribuição não contratuais, baseados em *relações de dependência*. Exemplo: pequenos produtores que dependem da ajuda dos madeireiros ou grandes proprietários mais capitalizados, na ausência de serviços básicos providos pelo Estado (estradas, médicos, etc).

- A *submissão das instituições a interesses privados* (subversão da lógica institucional), condição da apropriação fundiária nesse processo. Exemplo: áreas de projetos de assentamentos na região de Santarém sendo utilizadas para fins de exploração madeireira por empresas ou para plantação de grãos; poder local associado ao agro-negócio; PA Areia, um projeto de assentamento que na verdade é uma vila operária de uma madeireira.
- Nesse contexto, o Dr. Roberto coloca o *paradoxo da “ausência do Estado”* (ou porque o ordenamento “não funciona”) e a constituição de sujeitos coletivos. Citou como exemplo a evolução da situação fundiária desde os anos 70 na região da BR 163. O Estado está - simbolicamente - presente na apropriação do território, através de sucessivas medidas de ordenamento. *Porém existe uma discrepância entre a apropriação simbólica e a real:* existem sujeitos “invisíveis”, por exemplo, famílias de pequenos agricultores expropriados de suas terras com a chegada da agricultura capitalizada, migrando para outras áreas, ou inchando as periferias; enquanto outros se apropriam dos mecanismos legais para reproduzir uma lógica de dependência, *utilizando as instituições para seus próprios interesses*, como exemplificado acima. Isto é, os sujeitos coletivos se constituem por intermédio das instituições, segundo lógicas próprias ao funcionamento das instituições, porém dentro de um campo social em que prevalecem interesses econômicos capazes de sistematicamente cooptar os agentes institucionais.

Essas questões são estruturais e complexas, mas sem levá-las em consideração, apenas medidas paliativas serão tomadas, perpetuando uma situação de desigualdade e inoperância dos instrumentos do Estado, no lugar da construção de uma verdadeira cidadania: áreas enormes e instituições controladas por uma “elite empreendedora”, enquanto a população mais pobre permanece numa relação de dependência social. Finalmente, o Dr. Roberto colocou a seguinte questão: de que *legitimidade* pode se arvorar essa elite? Segundo o pesquisador, o discurso conspiratório de *internacionalização* da Amazônia nasce dessa tentativa de legitimação, contra propostas que visem a construção de um modelo alternativo, com relações mais equitativas, não dando espaço a uma real discussão ou consenso.

Finalmente, a **Dra. Bertha Becker** falou sobre a urgência das questões na Amazônia: os processos de transformação social e política são acelerados. Enfatizou também que o processo atual é distinto do das décadas anteriores. Na década de 70 as mudanças foram subsidiadas pelo governo e hoje estão sob comando global, articulado a forças locais (exemplo: a soja é plantada por fazendeiros, mas o mercado é controlado por cinco ou seis grandes *trading*s internacionais). Portanto, por exemplo, medidas que limitem o crédito obtido junto a bancos podem ser inócuas; as empresas os financiam em muitos casos. Do mesmo modo, a pecuária na Amazônia está ligada a empresas globalizadas.

Nesse contexto, ela colocou as seguintes questões:

- Como as forças globais se articulam com as locais?
- O Estado pode ter algum controle quanto ao processo de expansão?
- Já temos bastante conhecimento sobre os processos em curso, mas como atuar nesse cenário?
- Qual articulação dos sistemas de monitoramento com as ações políticas?

Sobre os mercados, a Dra. Bertha disse: “o que vemos são brigas do mercado de *commodities* (grãos e carne) e do mercado financeiro em relação ao carbono. O mercado de carbono será controlado por duas ou três bolsas. Deve-se separar o joio do trigo. É utilizado o discurso da preservação, mas o mercado de carbono gera benefícios para quem? Para grandes bancos, não para a região”.

Em termos de um novo modelo econômico, a Dra. Bertha defende eliminar o dilema entre desenvolvimento e preservação. No lugar, o mote deveria ser: *produzir para conservar*. E essa produção deveria ser:

- Avançada, capaz de produzir sem destruir;
- Baseada na formação de cadeias produtivas completas;
- Garantindo acesso ao mercado¹; (por exemplo, assentamentos.)
- Com base em logística de transporte multi-modal (“não adianta ficar repetindo que estradas destroem... Qual a alternativa? Que sistema de transporte? Senão, não tem acesso a mercado”).
- Fortalecimento das cidades - “nós” de agregação de valor dentro das cadeias produtivas;
- Fundamentos: ciência e tecnologia, e questão fundiária solucionada.

Esse modelo deve considerar as particularidades das diferentes regiões na Amazônia (*regionalização* de políticas):

- Nas áreas já povoadas, uma economia com base na agricultura e mineração, quebrando monopólios, investindo em tecnologia. Citou, por exemplo, organizar Belém, Macapá, São Luis como pólos da economia mineral da Amazônia.
- Nas áreas de florestas, a questão que se coloca é: como passar do século XIX (industrialização, exploração irracional dos recursos naturais) para o XXI (serviços ambientais)? *Acredita na valorização da floresta como baluarte contra pressão de expansão*. Reforçou novamente que, no entanto, deve-se evitar que o mercado de carbono dê lucro somente para os bancos explorando, ao invés disso, os serviços ambientais para ajudar a região. Para isso, é necessário organizar esses serviços e também valorizar o papel das cidades como nós de novas cadeias (e.g., laboratórios de C&T, processamento de produtos da floresta, etc.).

Após a apresentação da Dra Bertha, iniciou-se a **etapa de perguntas aos debatedores**. Na presente síntese, ressaltamos alguns pontos das respostas dos debatedores:

- Sobre sistemas de monitoramento (Gilberto Câmara/Roberto Araújo)
 - Importância de monitorar, com satélites de melhor resolução, a dinâmica de degradação seletiva.
 - Críticas ao DETER e à seriedade do trabalho do INPE: “questão técnica escondendo questão política”.
- Sobre questões institucionais (Roberto Araújo)
 - Deve-se evitar que soluções institucionais caiam no clientelismo; é necessário integrar populações sem acesso ao mercado, o que é um problema nacional, não só na Amazônia.
 - A modernização das relações sociais vai além de medidas técnicas como cadastro rural e certificação de origem. Esses são essenciais, mas o conjunto de disposições das instituições tem de funcionar.
 - Discurso de internacionalização da Amazonia não é só da elite, as pessoas acreditam (ver exemplos na questão das Terras Indígenas, em especial da Raposa Serra do Sol). E aí está o problema: é próprio da ideologia é ser “naturalizada”, é aí que ela tem força.

¹ Como comentários ela disse ser contra assentamentos na Amazônia, pois acabam vendendo lotes, por atividades tem de ter um mínimo de escala; alternativas seriam, por exemplo, fazendas juntando colonos, integração das pessoas aos nós produtivos de outras cadeias, etc.

- Sobre desenvolvimento tecnológico para um novo modelo econômico: Exploração da biodiversidade? Recuperação de áreas degradadas? Apoio à agricultura familiar?

Colocações do Dr. Homma:

- Conhecimento de utilização de áreas degradadas para conter pressão de desmatamento, porém a questão é: *custo de recuperar, segundo números da Embrapa, é o dobro do custo de abrir novas áreas.* Por isso o desmatamento faz parte dos sistemas produtivos. Quem vai pagar esse custo diferencial?
- É importante investir para diminuir custo de recuperação (por exemplo, abrir mais minas de calcário), incluindo políticas para insumos a preço de custo.
- Aumentar estoque de tecnologias. As pessoas adotam as tecnologias que estiverem disponíveis. Mas investimentos em C&T muito pequenos. Não só para publicar, mas com resultados concretos, através de extensão rural. Recursos do PRONAF e do FNO teriam sido melhor aproveitados se houvesse estoque de tecnologia maior.
- Quinta revolução tecnológica: voltada para a Amazônia, mas sem discursos fáceis, sem salvação por medidas pontuais que aparecem na mídia.
- Não apostar em um conceito abstrato de biodiversidade, investir em algumas oportunidades e estruturar cadeias. Perigo do extrativismo quando dá certo: virar monocultura.
- Contra a idéia de “repartição de benefícios com populações tradicionais” na relação empresas-comunidades como se fosse uma solução para a região (esses contratos “favorecem 20, 30 produtores, logo saturando o mercado – normalmente de modo muito rápido em certos produtos. E os demais? Tinha de ser repartido com o Estado”).
- Aponta também risco de depender demais de empresas específicas/produtos específicos (“Natura pode tirar produto do mercado a qualquer momento”).

Colocações do Dr. Francisco Costa:

- Questionou o Dr. Homma sobre a defesa de um modelo de agricultura da época da revolução verde, baseado em princípios mecânicos e químicos, importados de outras áreas e que acabam não funcionando na Amazônia.
- Apostou no desenvolvimento de novas trajetórias, com mediação de novos conhecimentos, com fonte de tecnologia constante capaz de transformar relação trabalho/natureza em uma relação rentável (por exemplo, conjunto de conhecimentos sobre a biodiversidade).
- Entende a preocupação do Dr. Homma no apoio à agricultura familiar, por exemplo: como a tecnologia pode ajudar no manejo da capoeira e na pecuária leiteira. Essas soluções são necessárias. Mas insiste no investimento em novas trajetórias.

- Mercado de Carbono/pagamento de Serviços Ambientais (Bertha Becker):

- Representante do MMA mencionou um Fundo Internacional, que está sendo proposto pelo Governo Brasileiro, como alternativa para remuneração por serviços ambientais, fora do mercado de créditos de carbono. O Fundo seria administrado por uma comissão, com participação da sociedade civil, para ser aplicado em projetos. Bertha Becker disse que não concorda com essa solução através de um Fundo, pois aumenta a dependência externa. Tinha de ser, uma ação do Estado Brasileiro, investir na organização de uma rede de serviços ambientais.
- Bertha Becker mencionou a proposta “Fênix Amazônico”, elaborada pelo pesquisador do INPA, Antônio Donato Nobre, um conjunto de pensamentos empreendimentos sustentáveis para as zonas rurais da Amazônia.

Os relatores apontam aqui um primeiro **contraponto** relativo ao foco de investimentos em novas tecnologias. Nas áreas já abertas, todos concordam com a necessidade de mudar os sistemas produtivos para que se tornem sustentáveis social e ambientalmente. O Dr. Homma defende o investimento na recuperação de pastagens, intensificação da produção e investimento em culturas permanentes (em especial para a agricultura familiar). Em áreas de florestas, a Dra. Bertha defende o desenvolvimento de tecnologias que permitam a valorização da floresta como baluarte contra a expansão da fronteira, baseado na biodiversidade, com cadeias produtivas e nós baseados nas cidades. O Dr. Homma não acredita na exploração da biodiversidade como conceito abstrato, acredita que os investimentos deveriam se concentrar em algumas linhas bem definidas, nas quais exista claramente uma oportunidade de negócio. Já o Dr. Francisco Costa defende também o investimento em novas alternativas (trajetórias) não baseadas na agricultura convencional, mas que sejam embasadas em um forte aporte de novas tecnologias.

2.3 Painel 2 – Visão das ONGs

As seguintes apresentações foram feitas:

- David MacGrath (IPAM e NAEA/UFPa): [Perspectivas sobre a Floresta e o Desmatamento da Amazônia](#)
- Adrian Garda (Conservação Internacional): [A biodiversidade e o desmatamento na Amazônia](#)
- Roberto Smeraldi (Amigos da Terra)
- Paulo Adário (Greenpeace): [Desmatamento: contribuição para a discussão](#)
- Jane Silva (Comissão Pastoral da Terra-Pará)
- Carlos Souza (Imazon): [Estratégia do Imazon para o Monitoramento da Amazônia: criando redes colaborativas](#)

Em suma, os debatedores do painel abordaram os seguintes temas:

- Paradigmas de conservação: biodiversidade (áreas protegidas) e biosfera (gestão de paisagens sustentáveis);
- Importância da pressão do mercado para preservação e práticas sustentáveis;
- Mercado de carbono e pagamento de serviços ambientais;
- Questões fundiárias e institucionais;
- Sistemas de monitoramento de desmatamento.

O **Dr. MacGrath, do IPAM**, fez uma breve revisão da história do desmatamento, comparou dois paradigmas de conservação (Biodiversidade e Biosfera) e discutiu mecanismos de financiamento baseados no mercado de carbono. Sobre o histórico do desmatamento, apresentou gráficos sobre o desmatamento global, mencionando o fenômeno conhecido como *Transição Florestal*: nos países do hemisfério norte, após séculos de desmatamento, acontece atualmente um aumento da área florestal, com florestas secundárias e reflorestamento. Questionou se isso poderia ocorrer na Amazônia também. Quanto aos paradigmas de conservação, fez uma apresentação sobre a transição do paradigma de biodiversidade para o da biosfera. O *Paradigma da Biodiversidade*, adotado inicialmente pelo movimento ambientalista, tem como foco a diversidade biológica da floresta e o problema a ser atacado é a extinção de espécies, que conquistou a atenção do público através de espécies carismáticas (e.g., panda, mico-leão dourado, etc.). A solução para tal problema é a criação de reservas para preservar áreas de endemismo e alta diversidade. Como a presença humana é considerada prejudicial à biodiversidade, inicialmente as áreas isoladas e intocadas eram prioritárias.

Recentemente, começou-se também a criar reservas em áreas de fronteira, numa tentativa de barrar a expansão do desmatamento, como mostra a figura abaixo (extraída dos slides da sua apresentação):



Segundo o Dr. MacGrath, embora a abordagem de biodiversidade tenha sido muito bem sucedida para alavancar a criação de áreas protegidas, ela não apresenta nenhum mecanismo intrínseco de geração de renda para conservar a floresta. Recentemente, a preocupação com as mudanças climáticas trouxe uma nova perspectiva para a conservação: *o paradigma da Biosfera*. O problema, nesse caso, se torna o aquecimento global, a poluição da atmosfera, águas e oceanos. E a solução é a redução de emissões de gases e efluentes, numa visão sistêmica do Sistema Terrestre. Torna-se então necessário o manejo dos recursos florestais e aquáticos, dentro e fora de reservas. Isto é, não apenas preservar “Áreas Intocadas”, e sim criar paisagens antrópicas sustentáveis. Sua proposta é que exista na Amazônia uma Transição Ambiental na qual, em 2100, teríamos 100% das paisagens manejadas. E os elementos para a gestão dessa transição, de acordo com o paradigma da Biodiversidade, seriam:

- Criação de áreas protegidas;
- Políticas de comando e controle;
- Gestão participativa: co-manejo florestal, bacias hidrográficas;
- Mecanismos de mercado: certificação sócio-ambiental.

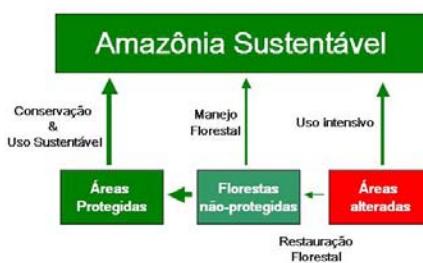
Como mecanismo de financiamento da gestão da fronteira, propõe utilizar o mercado para carbono:

- Com base no protocolo de Kioto: créditos para reflorestamento;
- Para valorizar floresta em pé, remuneração pelo desmatamento reduzido.

O representante da **Conservation International, Adrian Garda**, iniciou sua apresentação dizendo que, na sua opinião, a transição entre os dois paradigmas (o da biodiversidade e o da biosfera) não é tão drástica quanto se imagina. Os principais pontos da sua palestra foram:

- Defendeu que as taxas de desmatamento sejam calculadas com base nos remanescentes florestais, incluindo cadastro rural para que essas taxas possam considerar a questão das reservas legais nas propriedades.
- Sugere que o cálculo de tais índices, assim como o planejamento regional, leve em consideração as diferenças regionais (biofísicas e sócio-econômicas). Apresentou, como exemplo de regionalização, as oito áreas de endemismo (Belém, Xingu, Tapajós, Rondônia, Inambari, Napo, Imeri, Guiana).
- A Amazônia possui atualmente 15% de áreas desflorestadas e 39% de áreas de florestas não protegidas. A sua visão sobre a Amazônia Sustentável (representada na figura abaixo, extraída dos slides de sua apresentação) engloba um planejamento integrado para as:
 - Áreas Alteradas (uso intensivo e restauração florestal);
 - Florestas não protegidas (manejo florestal);
 - Áreas Protegidas (conservação e uso sustentável).

Visão para o futuro



- Disse serem necessárias *alternativas econômicas para compensar a mudança no sistema econômico*. E acredita ser importante criar corredores para garantir a conectividade entre fragmentos florestais remanescentes.
- É fundamental que os Governos Federal e Estadual tenham um plano claro para o uso da Amazônia, discutido e decidido com todos os atores locais. Como principais linhas de ação do governo defende:
 - Cadastros rurais rápidos: forças-tarefa para mapear e resolver problemas fundiários;
 - Determinação das atividades e das regiões para as mesmas (Zoneamentos);
 - Estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para valoração da floresta;
 - Comando e controle;
 - Suporte aos mecanismos nacionais e internacionais: créditos de carbono e serviços ambientais;
 - Implementação e criação de unidades de conservação (e sistemas de monitoramento aduados).
- Sobre o mercado de carbono colocou:
 - As certificações são processos complexos, e vazamentos devem ser avaliados;
 - Projetos com componentes sociais são muito mais aceitos;

- Os serviços ambientais não podem constituir o único produto garantindo a sustentabilidade, mas não se deve recusar sua pertinência com base no pretexto de que seria único;
- Pode ser um excelente alavancador de economias locais (por exemplo, usar plantas locais frutíferas no reflorestamento).

Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, não preparou uma apresentação formal, mas levantou diversos pontos para debate, entre eles:

- Inicialmente mencionou a frase do Presidente Lula: “O Brasil não precisa desmatar”. E questionou: Por que a frase tem sido tão repetida? Se não precisa, porque desmata? Qual a demanda do desmatamento? E do não desmatamento?
- Para entender essas questões é preciso, antes de mais nada, *desfazer Mitos*, para poder envolver atores no debate:
 1. As pessoas desmatam não por serem bandidos, mas porque é mais barato. Custa muito mais caro recuperar áreas degradadas do que abrir novas.
 2. Mito da escolha entre desmatamento e desenvolvimento. Em primeiro lugar, seria necessário demonstrar que desmatamento gera desenvolvimento. Os índices mostram que o modelo atual, após um boom inicial, não traz real desenvolvimento social e econômico. Para iniciar um diálogo, seria preciso começar com a pergunta: *como gerar desenvolvimento com a floresta?* Como gerar diálogo entre atores distintos? Quem disse que tem de ter um *trade-off entre desenvolvimento e desmatamento?*
 3. Desenvolvimento para quem? Esta é uma questão que gera novos equívocos. Vendo o plano dos governos, empresas e bancos, para quem é o desenvolvimento? É para fora? Qual planejamento foi focado no desenvolvimento regional? Por outro lado, discorda da Dra. Bertha Becker em relação à necessidade de planejamento, diz: “não precisa ter um plano; já existem vários planos... Precisa *implementar* o plano”.
 4. Identificar fonte de recursos para planejamento regional. Não existe fonte, pensar em alternativa que não seja recurso do orçamento público. Os investimentos em infraestrutura são da ordem de bilhões de reais.
 5. Regularização fundiária: qual deveria ser a ordem lógica? Quem é o latifundiário? A União. Exemplo de ação contraditória: medida provisória de três semanas atrás para regularizar áreas sem licitação, áreas de até 1500 ha (única condição é ter tido culturas!). Isto é, aumento a entrada de terras no mercado patrocinado pelo Governo Federal.
 6. Acabar com a lógica de “mocinhos e bandidos”. Deslocar a pauta de gerar mais multas, de realizar apenas operações de Comando e Controle, visíveis na mídia, para atacar as questões em si.
 7. Na questão de *compensação por desmatamento evitado*, deve-se perguntar: compensação para quê? Evitar equívocos: não é pagar para não fazer (claramente insustentável). Na sua visão tem pagar para diminuir o custo de oportunidade do investidor ao não investir na conversão da floresta, e continuar em outras atividades produtivas. Se não for isso, vira subsídio. Mas deve-se considerar que o vizinho está usando outros subsídios para desmatar. E a pauta deveria incluir tanto o pagamento dos serviços, quanto o não pagamento, e, ainda, a cobrança pelos desserviços ambientais do modelo atual.
- Em suma, tem de se discutir o que é realmente relevante para o desmatamento.

Paulo Adálio, do Greenpeace, focou sua apresentação nas questões relativas à preocupação com as mudanças globais e com o desmatamento (reforçando argumentos do Dr. MacGrath), e nas possibilidades de utilizar *a pressão do mercado consumidor nas práticas adotadas na Amazônia*. Defendeu também, nos mecanismos de financiamento por crédito de carbono, o desmatamento evitado. Os principais argumentos são sumariados:

- Mudanças climáticas e desmatamento:
 - Tanto o discurso do Lula em relação aos biocombustíveis (“não precisa desmatar para produzir”), quanto o do Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, em relação ao modelo de desenvolvimento do Estado, revelam *a preocupação em perder mercados, dada conscientização recente com as mudanças climáticas.*
 - O Brasil é o 4º maior emissor de CO₂ devido ao desmatamento. Além disso, as florestas tropicais são importantes reguladores do clima e da água.
- Biocombustíveis:
 - Existe muita preocupação quanto ao que vai ocorrer com os biomas do Brasil (Amazônia e Cerrado). Por outro lado, o governo do Brasil segue vendo aí uma grande oportunidade econômica.
 - Empresários do mundo todo começam a ver as mudanças climáticas como oportunidade de negócio, incluindo os EUA. Mencionou reunião em Pasadena, no Estado americano da Califórnia, com 400 grandes empresários, na qual foram levantados os seguintes pontos: 1) mudança climática existe, e os europeus e japoneses sabem disso, americanos precisam correr para ganhar dinheiro; 2) não ficar dependente de um só país na questão dos biocombustíveis (evitar situação de dependência como em relação ao petróleo dos países árabes). Embora em uma fase inicial talvez isso seja necessário, vão investir numa alternativa que possa ser produzida nos países desenvolvidos em 20, 30 anos.
- Pacto pelo Desmatamento Zero:
 - Como mencionado por outros palestrantes, o pacto se baseia no reconhecimento de que a questão do desmatamento é sócio-econômica, isto é: “as pessoas desmatam para ganhar dinheiro”, nas suas palavras. Paulo Adário diz ser uma falsa premissa supor que o problema seja somente falta de governança, e que, numa situação de ausência do Estado, as pessoas decidam desmatar. Essa não é a premissa correta, pois parte da questão é falta de governança, mas a outra parte é econômica.
 - Defende o Pacto como instrumento para ampliar mecanismos que permitam desenvolvimento (renda) mantendo a cobertura da floresta.
 - O pacto prevê recursos de 1 bilhão reais/ano para remunerar pelo desmatamento evitado, através de projetos específicos.
 - Problemas: não tem cadastro rural; mas acredita que, como será de seu interesse, os próprios proprietários vão querer se cadastrar.
- Papel dos mercados consumidores:
 - Enfatizou a globalização dos mercados de madeira, carne e soja. Ressaltou o enorme aumento do rebanho bovino na Amazônia. E apresentou a relação entre preço da soja e as taxas de desmatamento (segundo dados da Esalq e CEPEA, embora o preço tenha subido, ele não se reflete nas taxas de desmatamento em 2007). Exemplificou a moratória da soja em Santarém, como exemplo de acordo entre empresas, produtores rurais e ONGs para certificar a produção e controlar a entrada em áreas de floresta.
 - Importante também publicar dados de modo que os mercados consumidores possam monitorar o modo de produção.
 - Papel do Estado: dirigir reconstrução da cidadania.

No final, mencionou documento recente criticando o plano de Combate ao desmatamento, no qual muitas das medidas previstas não foram implementadas, o que pode estar contribuindo para o recrudescimento do desmatamento.

Cabe aqui uma nota dos relatores apontando o **contraponto** entre as visões apresentadas até o momento nos dois painéis em relação ao pagamento de serviços ambientais. Existe certo consenso em relação à importância de valorizar a floresta em pé, como baluarte à expansão da área de agricultura e pecuária que, como mencionado em vários casos, se baseia em um sistema pouco tecnificado, no qual a apropriação de novas áreas é parte inerente. Porém, existe ainda um caminho a ser percorrido no sentido de desenvolver instrumentos e mecanismos a serem adotados: (1) fortes investimentos em novas tecnologias, em especial nas baseadas na biodiversidade, para tornar a floresta rentável; (2) remuneração por serviços ambientais, não para “não produzir”, mas para quebra do sistema de produção inherentemente extensivo, de modo a tornar competitivo o investimento em intensificação, ou em outras atividades. *No caso da remuneração, deve-se atentar para as questões de vazamentos, neste caso: como evitar que o velho sistema produtivo (que inclui o desmatamento) seja replicado por outros atores não engajados no sistema de remuneração?*

Numa linha distinta dos temas abordadas pelas demais ONGs, **Jane Silva, representante da Comissão pastoral da Terra-CPT**, abordou questões relativas à situação das populações menos favorecidas da Amazônia. Disse estar preocupada, pois “ninguém fala das pessoas. O debate se concentra na biodiversidade e clima”. Disse também que, com toda a situação difícil nas áreas já abertas, não se encontra “nenhuma ONG”. E que a discussão de um novo modelo deve considerar a adequação de políticas: por exemplo, “o que foi disponibilizado para agricultura familiar era para o gado”. E discorda que a agricultura familiar seja acusada de ser o setor que mais desmata: “um agricultor desmata no máximo quatro a cinco hectares no máximo por ano”. Sobre políticas locais de controle do desmatamento, disse que é fácil parar de desmatar em um lugar e migrar para outro. Citou como exemplo Paragominas, que propõem o desmatamento zero para o município, enquanto madeireiras grandes e poderosas transferem a exploração predatória para Almerim.

Rosa Maria, também da CPT, disse: “a política do agro-negócio é o *patrão* do governo... sojeiro e madeireiros são parceiros. E o governo local é parceiro deles também”. Sobre vazamentos, mencionou que municípios que adotam medidas de redução do desmatamento acabam por exportar desmatamento para outras áreas. Cita a relação entre as medidas em Paragominas e Almerim, onde está ocorrendo a compra de terras por sojeiros e a chegada de muitos madeireiros. Por outro lado, diz que, com a chegada de madeireiros, sem políticas públicas apropriadas de defesa do pequeno produtor, eles são induzidos a vender suas terras. E, em muitos casos, eles só querem o “papel”, não a terra: “é só para fazer projeto em outra área”. Cita também, como exemplos, casos de dependência social (ver palestra Dr. Roberto Araújo): “madeireiro oferece poço artesiano, salão de festa e as portas se abrem”.

Novamente, os relatores chamam atenção para outro **contraponto** em relação a soluções pelo mercado. O debate sobre o desmatamento se apoia sobre as questões de biodiversidade e clima global. No entanto, existem mais de 20 milhões de pessoas na Amazônia, vivendo na sua maioria em péssimas condições, estas sim sem que o Estado esteja efetivamente presente para suprir suas necessidades de serviços básicos. E também sem acesso aos mercados, como mencionado por alguns dos palestrantes, vivendo na dependência da elite de empreendedores. Muitos dos presentes defendem como parte da solução para o desmatamento, políticas de certificação, de modo que a pressão do mercado consumidor oriente as práticas ambientais e sociais na Amazônia. *Outro tipo de vazamento deve ser evitado neste caso: que a pressão do mercado consumidor acabe por restringir ainda mais o acesso ao mercado, deixando novamente a grande maioria da população sem condições de investir em tecnologia fora do mercado.* Para que tal mecanismo seja implementado, é essencial o papel do Estado como mediador, para que novamente não somente a elite seja beneficiada, e possa haver uma *real reconstrução da cidadania*. Em

paralelo, cabe notar que em Santarém centenas de famílias venderam suas terras para que a agricultura capitalizada se instalasse, num aspecto pouco comentado quando se fala do sucesso da moratória da soja. O problema maior causado pela expansão da soja na área não foi o desmatamento, mas o inchaço das periferias das áreas urbanas e a migração para outras áreas (exportando o desflorestamento). Isto é, os debates apontam à importância de políticas simultâneas que considerem todas essas questões de modo sistêmico para evitar diversos tipos de “vazamentos”. E que, como mencionado por Roberto Smeraldi, nos perguntamos: desenvolvimento para quem? Um que modernize a desigualdade, mantendo as mesmas estruturas sociais sob um novo discurso, que agrade ao mercado consumidor?

Após a apresentação da CPT, uma pessoa da platéia (**Nailson, que se apresentou como carvoeiro do município de Abel Figueiredo**) fez uma intervenção para, nas suas palavras, pedir apoio ao seu município. Ele é dono de caminhão, trabalha tirando carvão. O caminhão foi adquirido com dinheiro economizado trabalhando nos EUA. Diz que Siderúrgicas estão destruindo a floresta, para conseguir carvão. “O que é isso: uma balela. Governo autoriza colocar forno, mas não a fazer reflorestamento”. Diz que todos os carvoeiros do Maranhão estão vindo para o Pará. Caracterizou o que acontece no município como uma rede de exploração. Citou como exemplo de dependência: “carvoeiros oferecem para construir fornos, o pessoal do assentamento derruba tudo”.

Finalmente, **Carlos Souza** apresentou os sistemas de monitoramento do desflorestamento do **IMAZON**:

- Apresentou as características técnicas dos sistemas SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) 1.0 para monitoramento do desflorestamento (corte raso) com base no sensor MODIS. A versão 2.0 do sistema será também capaz de monitorar degradação progressiva.
- Estão investindo em sistema de monitoramento com imagens de alta resolução. No Acre, desenvolveram um sistema baseado nas imagens de alta resolução do satélite Formosat 2 em tempo quase real (que, no entanto, não está funcionando corretamente, pois não estão fiscalizando).
- Apresentou também o Sistema de Monitoramento Integrado, desenvolvido para o Ministério Público, sobre áreas protegidas.

Faz uma análise da aplicação da utilização integrada de sistemas de licenciamento, monitoramento, fiscalização e responsabilização:

- Monitoramento x licenciamento (pouco utilizado, difícil cruzar com cadastro);
- Monitoramento x fiscalização (vários exemplos de sucesso, como no MT);
- Fiscalização x Responsabilização (ainda baixas, multas não exemplares; necessidade de cadastro de propriedades gere responsabilização efetiva).

Do **debate final** são realçados dois tópicos:

- *Legitimidade da ação das ONGs* (questão do Dr. Roberto Araújo aos debatedores): Entrada das ONG na gestão pública, em vários projetos ligados ao PPG7. Documento “Nem princípio nem mercador, um cidadão”, que reflete o projeto de criação das ONG, discutindo a importância das associações de cidadãos como portadores dos interesses legítimos que as representam. A questão que se coloca é: Papel da legitimidade das ONGs como uma terceira via, defendendo alternativas pelo mercado, sem necessariamente propor alternativas de uma nova sociedade. Quem está pensando sobre isso? Qual a opinião pública que desejam influenciar?

Respostas dos representantes das ONGs:

- Greenpeace: citou como exemplo, o movimento contra a instalação da Cargill, em Santarém: “com o apoio das populações tradicionais, conseguimos dobrar setor mais poderoso: soja”. O apoio do movimento social “legitimava” o movimento contra a Cargill. Mas a opinião pública, que querem convencer, é a do mercado. Em especial, a Europa tem papel central; disse estar se formando um mercado global de informação. Como crítica ao papel de ONGs, disse que algumas estão sendo usadas para se apropriar de recursos públicos. Por fim, disse também as ONGs não podem assumir papel do Estado, “aí é o problema”.
- Conservação Internacional: respondeu ao questionamento dizendo que seu foco de atuação são Unidades de Conservação e Terras Indígenas, nas quais trabalha com parcerias e não toma partido na gestão. Defende comitês participativos para repatriação de recursos de serviços ambientais e créditos de carbono.
- IPAM: Como observação à resposta do Greenpeace, disse que houve quebra no movimento social em Santarém na questão da Cargill. Disse também que ONGs tem estratégias diferentes em relação a sua relação com a população local, não podem ser misturados.
- Amigos da Terra: também enfatizou que ONGs não podem ser colocadas no mesmo ponto nessa questão de legitimidade e modo de ação.
- *Impactos indiretos de políticas públicas: por exemplo, incentivo à verticalização:*
 - Roberto Smeraldi aproveitou o espaço do debate para reforçar o ponto do carvoeiro de Abel Figueiredo, como um exemplo de política mal planejada: o Governo dá autorização fácil para indústria, mas não para o reflorestamento. O discurso é que “tem de verticalizar”, mas ninguém discute a cadeia produtiva que vai se montar: “na hora do passivo, aí se pune a base de fornecimento de matéria prima”, neste caso, a madeira para o carvão das siderúrgicas. Outro exemplo citado por Smeraldi: se existe um frigorífico instalado, e por alguma medida um município não pode mais desmatar, outro vai para suprir carne para o frigorífico. Então, tem que pensar quando deixa implantar o frigorífico (citou Relatório Amigos da Terra sobre pecuária). A questão chave é: analisar os impactos indiretos. Muitas vezes os impactos indiretos são mais importantes.
 - Paulo Adário (Greenpeace) completou sobre a ação da Vale do Rio Doce: “ela fornece minério para guzeiras (pequenas siderúrgicas). A Vale tem dois fornos para produzir carvão. Os outros 30 da região são baseados em madeira extraída da floresta. E tem uma fila de outras siderúrgicas querendo se implantar”.

2.4 Painel 3 – Visão dos Tomadores de Decisão e Empresariado

Neste painel foram feitas as seguintes apresentações:

- Fernanda Carvalho (MMA - Ministério do Meio Ambiente): “[Ações 2004/2008](#)”
- Marcelino Françoso (SEMA/PA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará): “[Amazônia – O impacto da realidade e uma visão de futuro](#)”

- Raimunda Monteiro (Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará e UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia): [“Desmatamento da Amazônia: a visão dos empresários e tomadores de decisão”](#)
- Armando Soares (Faepa - Federação da Agricultura do Estado do Pará): [“Amazônia: Meio Ambiente x Desenvolvimento”](#)
- Justiniano de Queiroz (AIMEX - Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará/FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará): [“Desmatamento da Amazônia: um diálogo necessário. É possível?”](#)
- Salatiel Alves Araújo (SEMA/MT - Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso): [“Avaliação dos Dados do DETER no Estado de Mato Grosso”](#)

Fernanda Carvalho, MMA, apresentou uma visão geral das ações do MMA desde 2004, incluindo o PPCDAM, os Decretos 6321/07 e 6321/08, o Fundo para Conservação e Preservação da Amazônia e a Operação Arco Verde. Os principais itens de cada ação são:

PPCDAM (Plano Controle Desmatamento) 2004/2007:

- 20 milhões ha de UCs criadas e 10 milhões de TIs homologadas.
- Lei de Gestão de Florestas Públicas.
- Criação da figura da ALAP.
- Sistemas de monitoramento do desmatamento.
- Fortalecimento da fiscalização do IBAMA.
- Redução de 59% da taxa de desmatamento (falta estudo empírico em relação a preço de commodities, clima, etc., mas é inegável que teve alguma relação com ações do PPCDAM).

Decretos 6321/07 (dezembro de 2007) e 6321/08 (fevereiro de 2008), decretados após indícios fornecidos pelos sistemas de monitoramento do INPE de que o desflorestamento estaria aumentando. Medidas incluem, entre outros (detalhados nos slides):

- Critérios para definição dos 36 municípios que mais desmatam.
- Recadastramento rural (INCRA – 20% dos proprietários apareceram para recadastrar).
- Embargo econômico às áreas desmatadas ilegalmente (limite a crédito público).
- Fiscalização da cadeia de compradores de produtos agropecuários de áreas embargadas.
- Transparência: *website* para consulta pública de áreas embargadas (siscom.ibama.gov.br).

Fundo para Proteção e Conservação da Amazônia:

- Proposta brasileira em Bali. Não é parte de Kioto, mas compromisso do Brasil com a questão da floresta. Não envolve só clima, mas também biodiversidade, serviços ambientais, proteção das populações locais (mas usa carbono como oportunidade).
- Comitê Gestor: Governo Federal, Estados, Sociedade Civil (ONGs, Movimentos Sociais, setor privado).
- Projeto em construção (BNDES) incluindo: áreas protegidas e florestas públicas; monitoramento e controle ambiental; combate ao desmatamento ilegal; manejo florestal sustentável; conservação da biodiversidade; recuperação de ecossistemas florestais; pagamento por serviços ambientais.

Operação Arco Verde (outro lado do Arco do Fogo):

- Primeiro passo: demandas sociais emergenciais para atender população das áreas onde atividades econômicas ilegais são coibidas.

- Transição para sustentabilidade: medidas mais de médio prazo: certificação de municípios, regularização fundiária, georeferenciamento de imóveis, linhas de crédito para recuperação de áreas degradadas.

Marcelino Françoso, da SEMA/PA, apresentou dados econômicos relativos ao desmatamento, para demonstrar que o problema é uma questão econômica, não ambiental. Questionou: “qual o instrumento para minimizar efeitos? Brincar de criar áreas protegidas? Protege uma área, mas todo o resto fica descoberto (e mesmo elas sofrem pressão)”. Propõe um novo modelo de desenvolvimento para o Pará: um Estado da Economia Florestal. Com base em dados de rentabilidade de diferentes economias, defende o reflorestamento como uma alternativa para o Estado (Gado Bovino: 15.000 US\$/km²/ano, Soja: 24.000 US\$/km²/ano, Reflorestamento: 125.000 US\$/km²/ano). Suas propostas específicas podem ser sumariadas em:

- Investimento em reflorestamento por *eucaliptus* para diminuir pressão sobre remanescentes e recuperação de áreas abandonadas (proposta apresentada em Londres para fundo gerido pelo Reino Unido).
- Mecanismos de venda antecipada de estoque de madeira (para pequenos fazendeiros agüentarem enquanto árvores crescem).
- Instrumento econômico (não recursos para projeto A ou B, ou para ser gerido por ONG) que permita artificializar (jogar para cima) os preços das *commodities* florestais, para que, no dia a dia, as pessoas façam o cálculo do que vale a pena plantar (diz ser uma utopia, mas não consegue imaginar outra alternativa).
- Defende que comparativo de taxas entre Estados seja feito em relação ao remanescente florestal.

Finalmente, pontuou que as questões relativas à Amazônia deveriam tratá-la como “organismo único: não adianta medidas locais como as de Tailândia. Foram detidos 30.000m³ de madeira, mas a indústria não parou... foram, com certeza, supridos por outro pólo”.

A **Dra. Raimunda Monteiro, Ideflor**, apresentou uma visão complementar de outro órgão do Governo do Estado do Pará. Sobre o desmatamento, a ênfase concentra-se normalmente nas consequências (tema dos ambientalistas) e pouca ação sobre as causas (tema de economistas). Na sua visão, o desenvolvimento sustentável envolve uma *lenta estruturação de novos mercados com estruturas de produção centradas numa base de conhecimentos que precisa ser revolucionada*². Alguns dos principais pontos da sua apresentação são mencionados aqui:

- Transição entre matrizes econômicas:
 - Atual tem sua modernização baseada na fronteira agropecuária, mineral e madeireira, extensiva e expansiva de baixa produtividade por hectare.
 - A nova deverá se basear num lento processo de *Ordenamento Territorial*, envolvendo: fortalecimento das instituições e da capacidade de implementação de políticas, normatizações, *orçamentos públicos*, base de conhecimentos acessível aos agentes econômicos (isonomia de oportunidades), base técnica de intervenção para obtenção das matérias-primas (um mercado democrático), forças de mercado.
- Paisagem social do desmatamento:
 - Amazônia tem 25 milhões de habitantes, e todos querem se beneficiar da floresta;
 - A vulnerabilidade dos mais pobres: subordinação econômica, mesmo nas UCS de uso sustentável;

² Neste sentido, sua apresentação se alinha com a da Dra. Bertha Becker.

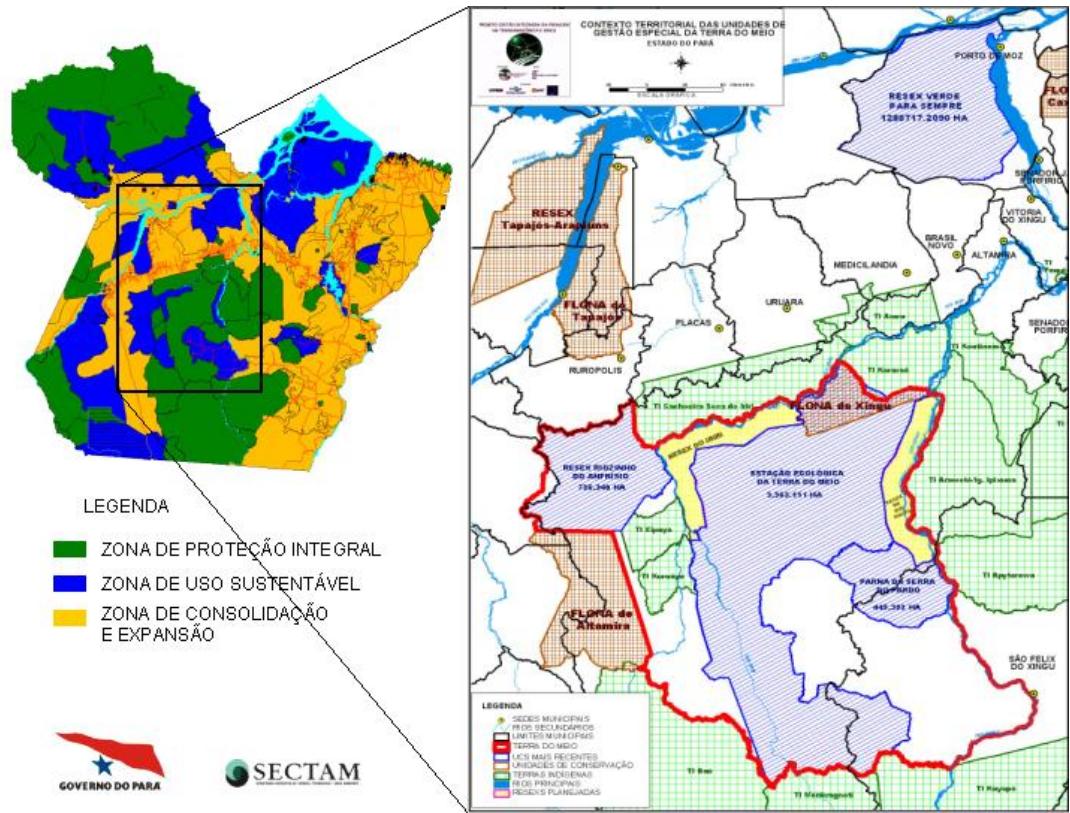
- *As forças de mercado podem recuperar ou manter territórios íntegros, mas exportarão os menos competitivos e as paisagens além sofrerão pressão (restrições de seletividade: escala, preço dos insumos, etc.).*
- Desafios:
 - Defasagem de capacidades sociais locais num ambiente de convivência de economias globalizadas e movimentos preservacionistas, com pautas também globais.
 - Conseguir: romper lógicas migratórias das atividades, criação de novos sujeitos – empreendedores florestais - e reinventar novos ramos industriais com os recursos florestais.
 - Re-pactuar com a ciência, governos, consumidores, empresários, sociedades.
- Gestão do território:
 - Políticas têm de ver o território de modo integrado, caso contrário podem ter efeitos adversos: “simultaneidade de processos e políticas alternativas”.
 - Mosaico de usos: “conseguimos fazer mosaico territorial de uso, mas precisamos construir soluções ambientais e sociais mais democráticas e justas... é preciso considerar o conjunto de usos, olhar o entorno, apaziguar...”.
 - Como GERENCIAR diferentes perspectivas de sobrevivência – mosaicos de situações e de soluções ambientais e sociais? Ver nos mapas abaixo, extraídos dos slides, a diversidade de atores e situações representada pelo ordenamento fundiário atual do Estado do Pará:

Cabe aqui ressaltar outro **contraponto** relativo aos **Mecanismos de Financiamento** para um novo modelo econômico. Raimunda Monteiro e Bertha Becker defendem que recursos da União sejam utilizados no processo de transição entre matrizes, em especial ao desenvolvimento tecnológico necessário para soluções baseadas na floresta.

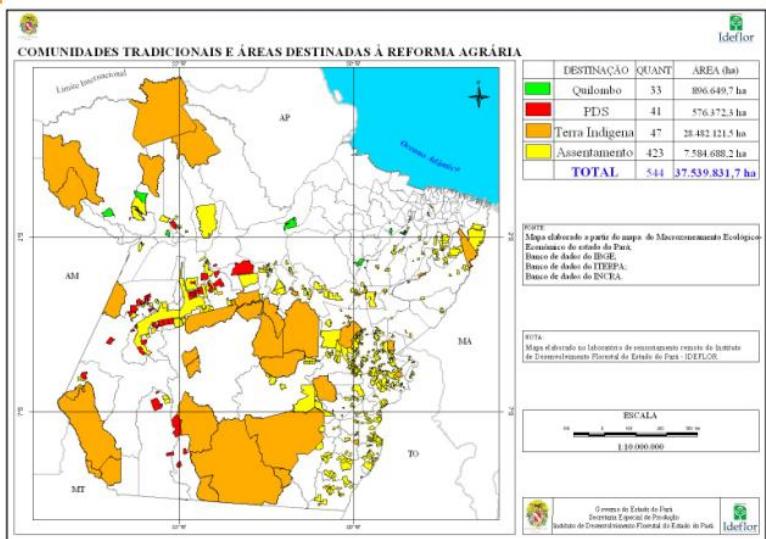
A proposta do Governo Brasileiro apresentada em Bali é utilizar a oportunidade oferecida pelo mercado de carbono em projetos de diversas naturezas: áreas protegidas e florestas públicas; monitoramento e controle ambiental; combate ao desmatamento ilegal; manejo florestal sustentável; conservação da biodiversidade; recuperação de ecossistemas florestais; pagamento por serviços ambientais. Este fundo seria gerido por um comitê formado pelo Governo Federal, Estados, Sociedade Civil (ONGs, Movimentos Sociais, setor privado).

As ONGs haviam apresentado ao Governo, em outubro último, uma proposta para pagamento de compensação aos produtores por desmatamento evitado, através de projetos financiados por um Fundo, o que, em parte, foi contestada pelos pesquisadores da Rede GEOMA.

A proposta do representante da SEMA/PA prevê um mecanismo de mercado baseado em um Fundo para suporte a atividades de reflorestamento, mas sem financiamento de projetos ou necessidade de monitoramento dos acordos, mas criando preços competitivos com outras atividades (elevação artificial dos preços).



A destinação dos Territórios e a territorialização dos destinos



Armando Soares, da Faepa, apresentou um histórico da região e dados sobre sua economia atual, e sua visão do “engessamento da economia da Amazônia”. Disse não concordar com a proposta de um novo modelo econômico para a região e acredita que existe, sim, um conflito entre questões ambientais e desenvolvimento. Citou a fala do Presidente Lula: “É sacanagem o que estão fazendo com o Brasil em termos de biocombustíveis”. E acrescentou: “É uma sacanagem com o engessamento territorial do Pará e da Amazônia”. Acredita haver um movimento denominado “Governança Global”, do qual faria parte o setor ambiental no Brasil, escondendo interesses econômicos na riqueza da Amazônia:

O que é Governança Global? (texto extraído dos slides):

“UM CONJUNTO DE FORÇAS COMO AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS PRIVADAS, ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E ATIVISTAS AMBIENTAIS E INDIGENISTAS QUE SE EMPENHAVAM EM INFLUENCIAR AS POLÍTICAS PÚBLICA DE PAÍSES EMERGENTES COMO O BRASIL, ADMINISTRADAS PELO G-8.

...
A RENOVAÇÃO DO CAPITALISMO ESTÁ EM CURSO ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA GLOBAL, UMA SUPERESTRUTURA QUE REUNIU CHINA E O CHAMADO G-8, OS PAÍSES MAIS RICOS E PODEROSOS DO MUNDO.

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGENDA 21, RELATÓRIOS SOBRE CLIMA, RESERVAS, NÃO PASSAM DE DISFARCES, DE MÁSCARAS QUE ENCOBREM A VERDADE – INTERESSE ECONÔMICO E DOMÍNIO DE MERCADO.”

A proposta apresentada pela FAEPA, objetivando uma conciliação para conter as pressões do aparato ambientalista nacional e internacional, e dar condições de trabalho aos produtores, são:

1. Até que as áreas atualmente antropizadas não estejam ocupadas, *não avançar mais na floresta para implantar projetos agropecuários, que não sejam sob o amparo da lei*, regulamentos ou em decorrência de programas de desenvolvimento governamental com uso de tecnologia já testada, que assegure eficiência econômica, social e ambiental.
2. *Aproveitar 100% das áreas já alteradas, na sua totalidade, sem reserva legal.* A compensação seria feita pelas áreas de preservação integral, prevista na lei estadual do Zoneamento Econômico-Ecológico.
3. Incentivar, através de programas compartilhados com os governos estadual e federal, a *integração da agricultura-pecuária e sistemas agrossilvipastoris intensivos*, como fórmula de aliviar a pressão sobre a floresta, diversificando as atividades e garantindo estabilidade, alta produtividade e competitividade.
4. Promover a *verticalização da produção agropecuária*, com objetivo de agregar renda e promover o verdadeiro desenvolvimento, capaz de garantir emprego e renda em larga escala, único caminho, a curto e médio prazo, para garantir estabilidade social e descongestionar a pressão social sobre os núcleos urbanos.

Justiniano Queiroz, da AIMEX, buscou alinhar um consenso entre as propostas dos outros palestrantes, e depois apresentar a visão do setor madeireiro:

Considerações iniciais (consenso do debate):

- Inicialmente, reforçou: “as pessoas não desmatam porque são más, mas porque dá dinheiro - fenômeno sócio-econômico”.
- O modelo de produção atual favorece o desmatamento (vários setores são segmentos dos vetores de devastação).
- Política de repressão (Comando e controle) e normas rígidas são necessárias, mas insuficientes.
- Necessário mudar o modelo de produção; porém, “sobram discursos, faltam recursos”.

Comentários sobre ações do governo:

- Arco Verde: é só verniz, ou efetivo? Ajuda realmente de longo prazo para reconstrução das economias?
- PAS: teria de ser pactuado: se não envolve os atores sociais, não vai funcionar.

Visão do setor empresarial:

- Mudanças Climáticas significam uma mudança do modelo econômico de produção em escala global – consequência ambiental de uma equação econômica complexa adotada (modelo de produção).
- Ação será necessariamente econômica para gerar a solução ambiental desejada (Implica em riscos que exigem boa governança corporativa).
- Amazônia entrou na pauta de forma definitiva (importância climática e tecnologia).
- Setor empresarial internacional está vendo oportunidades em toda essa questão ambiental (mudanças climáticas). Exemplo da GE (Setor verde já corresponde a 8% do faturamento). Novo cenário econômico está se delineando.
- Necessitamos reproduzir o Modelo Sustentável de produção na Amazônia:
 - Não existe vácuo econômico;
 - Agenda Positiva (pactuada);
 - Embates: modelo predatório X sustentável;
 - Bomba-relógio do desmatamento: foca em um setor, deixa outro solto (exemplo: uma hora o problema são as guuzeiras, depois assentamentos. Vai só mudando os atores. Há alguns meses, o alvo eram assentamentos. Pacto entre MDA e MMA, não se fala mais aos assentamentos). Tem de ser holístico.
 - “Clima de Negócios” que atraia os investimentos sustentáveis: solidariedade institucional, marco regulatório definido, política de incentivos; necessidade de uma espécie de Plano Marshal.

Histórico da exploração madeireira na Amazônia:

- Até 1989: crescimento desordenado, arrastado por outras atividades.
- 1990 a 2006: Fase da negação; mudanças profundas na legislação florestal, ataque ao setor florestal. Por outro lado, manejo florestal começou a sair da academia (200 mil hectares de área certificada; dois milhões em 2006). Processo parou devido à questão fundiária.
- 2006: Lei de Gestão de Florestas Públicas: desenho sustentável, instrumento de gestão (normas e instituições). Criação do SFB e Ideflor (facilitou, pois era difícil falar com o IBAMA). Ambientalmente sustentável: socialmente justo e economicamente viável.

Fatores de competitividade do setor madeireiro:

- Manejo florestal: deveria ser meta do MMA para área manejada. Precisa transformar experimentos em modo de produção.
- Parque industrial competitivo: agregação e verticalização. Necessita modernizar a base industrial.
- Arranjo institucional: fortalecimento, recursos permanentes, *clusters* de produção florestal.

Sugestões:

- Envolver os atores locais;
- Eleger espaços de atuação (construindo bons exemplos);
- SISNAMA: orçamento vinculado, níveis de gestão, *transferências de recursos conforme a performance ambiental dos Estados e Municípios*.

Finalizou dizendo que, mais que possível, o diálogo é indispensável para avanços verdadeiros, e que o setor empresarial está aberto ao diálogo franco, e disposto a cumprir o seu papel de agente transformador dessa realidade.

Finalmente, **Salatiel Alves Araújo, SEMA-MT**, apresentou as políticas do Estado relativas ao controle de desmatamento e a avaliação dos dados do DETER.

Desflorestamento: depois de 2005 começou o declínio das taxas no Estado. A dinâmica do desmatamento no Estado é realizada com acompanhamento anual (também no cerrado). A redução do desflorestamento se deve a:

- Redução do preço das *commodities*: preço da soja e da carne;
- Pressões nacionais e internacionais: aquecimento global, responsabilidade sócio-ambiental e necessidade de licenciamento;
- Monitoramento/fiscalização;
- Conscientização;
- Mudança na matriz produtiva do Estado (suínos, biocombustíveis);
- Utilização de áreas já abertas (em especial, soja, trabalho com o Greenpeace).

O que atrapalha então:

- Aparelhamento estadual insuficiente;
- Desobediência civil (possibilidade de mudança da reserva legal);
- Atividades isoladas de criminosos e de indivíduos oportunistas;
- Base legal clara e planejamento aplicável para os processos de licenciamento;
- Falta de metas claras factíveis com relação ao desmatamento;
- Falta de pactos técnicos legais e científicos claros entre órgãos federais e o Estado do MT: não fazer ação isolada do Governo Federal. Eles estão no estado do MT trabalhando com agenda positiva. Não tem conversa. O meio técnico não está dialogando.

Avaliação dos dados do DETER no Estado do MT 2008::

- O INPE divulgou em 24 de Janeiro de 2008 dados de desmatamento baseados no próprio DETER (em Km²). O Estado de Mato Grosso não concorda com a divulgação desses dados, uma vez que o próprio INPE considera os dados do DETER como não passíveis de serem usados para cálculos de áreas.
- Como base para sua não concordância o Estado, através da SEMA, está apresentando uma série de dados levantados em campo que *descaracterizam o DETER como sendo um instrumento confiável para a detecção* e mesmo a formulação de dados estatísticos com vistas a comparar dados de desmatamento.
- Além destes dados de campo, outro dado vindo do Sistema de Alerta ao Desmatamento, oriundos do AMAZON (que usa metodologia de detecção semelhante ao DETER³), revela números totalmente diferentes dos números do INPE (em Km²).
- Os dados disponibilizados pelo INPE para a comunidade brasileira carecem de aferição em campo, pois a quase totalidade dos pontos DETER (80,53 %) inspecionadas em campo revelaram ser de áreas que não sofreram *corte raso* (desmatamento) no período apontado pelo DETER.

Como sugestões de aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento:

³ A versão utilizada SAD 1.0 monitora corte raso, mas não identifica corte seletivo como o DETER. A nova versão do SAD 2.0 irá identificar também o processo de degradação seletiva.

- Qualificar informações liberadas (por exemplo, área com licença, área cadastrada no Incra, assentamento, se corte raso ou degradação florestal);
- Liberar o mais cedo possível, no mesmo mês;
- Estado tem de ser levado com considerado, pois atos como os do INPE destroem positivos em andamento no Estado.

Antes do início do debate, o Dr. Gilberto Câmara, do INPE, entregou relatório final analisando as 600 fotos da SEMA-MT (são quase 800 no final). Agradeceu a SEMA pela contribuição para refinar instrumentos de monitoramento. Segundo relatório, considerando corte raso e degradação progressiva, os dados do DETER identificaram 96.4 % corretamente.

Debate final – questões e respostas:

Magno Macedo/Geoma/Núcleo de Cartografia do Idesp para todos:

Perguntas:

- Somente o Ideflor falou sobre pequenos agricultores. Como eles podem se apropriar de toda a tecnologia?

Respostas:

- Raimunda Monteiro: apropriação local das ferramentas é essencial. Exemplo da atuação de FVVP que, com apoio da fundação Ford, ajudou muito em Altamira (planos diretores de municípios) e a subsidiar solicitações para o poder público. Mencionou também o trabalho, com comunidades da gleba Olinda, de apropriação de ferramentas que permitam um projeto para a região (o que querem fazer com recursos).
- SEMA/PA: instrumentos para dar apoio à entrada no mercado florestal: (1) linha de financiamento que permita, ao pequeno agricultor, montar projetos de longa duração; (2) venda antecipada de madeira (antes de ter receita em seis, sete anos).
- AIMEX: referência de colocar o pequeno produtor como mais um ator do desflorestamento. Se ficar abandonado, tende a insustentabilidade. Precisa de ambiente propício ao negócio. Exemplo: assentamento em Paragominas. Como não foram feitos acordos, pactos, etc... 12 anos atrás, hoje não tem nada. Estado tem que mediar a relação entre empresas e assentados, para melhorar as condições. Indústrias: parcerias com comunidades. Se forem criados assentamentos florestais sem organizar direito, é bomba relógio de desmatamento. E as tradicionais precisam de atenção também.

Paulo Adálio/Greenpeace para Faepa e AIMEX:

Perguntas:

- Faepa propõe negociação, mas com quem está propondo diálogo, se desqualificou vários atores (ONGs, Gov Federal, etc.)? A indústria da soja reconhece a importância do mercado internacional, por isso negocia. Fica difícil negociar com quem acredita em conspiração e não vê aos demais como interlocutores. Questões: (1) com quem pretende negociar? (2) Acordo proposto: qual o mecanismo que sugere para restringir as áreas desmatadas?
- Para AIMEX sugere que seja feita esta transição para um novo modelo?

Respostas:

- Faepa:
 - Não sabe o que é desenvolvimento sustentável. Não existem exemplos de desenvolvimento sustentável. Amazônia sendo cobaia. ZEE foi iniciativa da qual participaram, mas sou contra, não existe em lugar nenhum. O que queremos fazer? Um templo ecológico, quando estudos sabem o que está por trás: interesses econômicos.

- Projetos para pequenos: áreas de escape ambiental – projeto de plantação de seringueiras.
- “Quero que me convença, convença à Faepa, sobre o que é este modelo e que não vão matar células produtoras. O que é o tempo do processo de transição? O passo que se der errado, vai custar para a população”.
- Fome no mundo, mas não se fala da Amazônia – maior fronteira agrícola do mundo. “Tem de se sentar à mesa, conversar, não enfiar pela goela das pessoas. Tratando com irresponsabilidade milhões de pessoas”.
- AIMEX:
 - Disse que não acredita em teoria da conspiração, mas que certamente existe cobiça internacional sobre a Amazônia e devemos ter inteligência para lidar com isso. Soberania não pode ser mexida.
 - Amazônia globalizou, não internalizou. E o consumidor quer saber. É uma questão econômica. Há espaço para boas empresas.
 - Importância do clima de negócio. Clima hoje é o inverso do necessário: ambiente institucional, marco regulatório, crédito. Quantidade de pesquisadores na Amazônia.
 - “Mal acaba prevalecendo. Como o mal não quer licença, etc. tem a vida mais fácil”.
 - Legalidade e ilegalidade: definir regras claras para que transição não pareça enrolação. Exemplos: pessoas que chegaram há 20, 30 anos, compraram terras, mas regras em relação à validade dos títulos mudam, e elas não conseguem liberar plano de manejo, crédito, etc. Ter tolerância em certos casos. Outros não: por exemplo, dentro de terra indígena.
 - Permitir fôlego para atividades até que novos mecanismos estejam funcionando. O perigo em Tailândia é não ser feito nada ao médio prazo. Volta tudo novamente.
- Faepa: custo econômico dos 80% (reserva legal) é altíssimo.

Roberto Araújo para empresariado:

Pergunta:

- Sobre responsabilidade das empresas na integração das populações nessa nova economia. Empresariado, em diversas atividades, mantém relações de dependência. Como modificar a cultura da relação com o trabalho, para que as populações tenham a mínima chance de fazer parte de uma nova economia? Como mudar a postura dos empreendedores? Aspecto importante para criar uma nova economia.

Respostas:

- Faepa: o Estado não está presente. Então, relações foram se montando numa situação de vazio institucional. Mas as regras agora foram feitas de fora, precisa discutir melhor, sem paixão. Decisão não pode ser “imperial”.

Ima Vieira para SEMA-PA/Imazon/INPE:

Pergunta:

- Foram apresentadas diferenças muito grandes entre os sistemas de monitoramento DETER e SAD: Pergunto: (1) São inter-comparáveis? (2) Imazon fez a mesma coisa, re-avaliando seus resultados com base nos dados de campo?

Respostas:

- SEMA: Do ponto de vista prático, o que precisa ser melhor esclarecido, é *o que é degradação*. E como a fiscalização vai multar. Parceria com academia para definir e, inclusive, redefinir leis. Sistema SAD só identifica quando tem uma fração alta de solo exposto. Monitoramento é importante tanto pela responsabilização, quanto pelos serviços ambientais.

- Dalton: diferença nasce do objetivo de cada sistema. O DETER nasceu de um pedido do Ibama para agir no processo, como apoio à fiscalização. Agora, como o embargado vai poder ter alguma atuação? Da literatura, a questão de degradação vem dos anos 80. Floresta exposta ao fogo, queima, fica mais exposta, queima, vira floresta degradada. Resultados do DETER são entregues ao IBAMA a cada 15 dias. Na rede, são disponibilizados de modo agregado a cada 30 dias.
- Imazon: Concordou com o objetivo inicial do SAD: identificar pulso mensal de desflorestamento, não diretamente à fiscalização. Informa que não foi feita re-avaliação em MT.
- Humberto Mesquita: chefe de Fiscalização do Ibama.
 - Vem trabalhando há três anos com degradação seletiva. Fiscais conseguem achar pátios, madeira, acampamento, etc. Os casos de maior sucesso do DETER são justamente os que permitem interromper o processo de desmatamento em curso. Existem procedimentos de como autuar nesse caso (Convite ao pessoal da SEMA-MT para visitar Ibama).
 - Ano passado pegaram todos os dados do DETER: analisaram do ponto de vista da idade do desflorestamento. Esta qualificação é muito importante; 80% dos polígonos são recentes.
 - Dados recentes de março e abril apresentam vários polígonos de 15 dias.

Gilberto: O papel da imprensa é essencial. É sempre necessário que o esclarecimento seja feito. A partir de abril, três satélites sendo recebidos pelo INPE: Landsat, CBERS2, HRC (2.5 m de resolução). Entregou, na oportunidade, ao Secretário Adjunto da SEMA-MT, relatório circunstanciado sobre a reavaliação do desmatamento nos polígonos do DETER, objeto de contestação do Governo do MT.

3 Principais recomendações (consensos, conflitos, questões em aberto)

- Desmatamento é uma questão econômica. Pessoas desmatam por ser mais rentável do que outros investimentos. Faz parte do sistema produtivo.
- Importância de decisões pactuadas entre os diversos setores, não impostas.
- São necessários planos que saiam do papel, sejam efetivamente implementados, considerando a *simultaneidade de processos e políticas*.
- Ações de comando e controle, sistemas de monitoramento e criação de áreas protegidas são medidas necessárias, mas não são suficientes: *questão do desmatamento é socioeconômica*.
- Ações de governo devem ver a região de modo holístico, como sistema social e econômico, para evitar “*vazamentos*” (efeitos não esperados de políticas públicas). Vários exemplos foram mencionados no evento:
 - Espacial: “desmatamento zero” adotado em um município; empreendedores migram para outro (exemplo de Paragominas e Almeirim); uma paisagem manejada, outras não; áreas protegidas criadas em uma região, pressão aumenta em outra.
 - Atores: pobres, fora do sistema de certificação, vão para outro; pressiona um setor, mas fortalece outro;
 - Ações de comando e controle, em Tailândia, acabam com base econômica. Quais as consequências sociais para a população. Por quanto tempo duram? Atuam num pólo produtor, mas não nos demais.
 - Verticalização da cadeia: considerar toda a cadeia produtiva que se desenvolve com a implantação de indústrias. Exemplo da carvoaria x siderúrgica. Instalação de frigoríficos: com a proibição de desmatamento naquele município, compram gado de outros.
 - Econômicas: impactos na economia local e regional do pagamento por serviços ambientais e compensação pelo não desmatamento. Como evitar que outros atores passem a desmatar no lugar daqueles que deixaram de produzir? Pagar para não produzir ou criar um novo modelo econômico de produção?
- Novo modelo econômico para a Amazônia:
 - Desenvolvimento de economia florestal: lenta estruturação de mercados, com base em tecnologias que precisam ser desenvolvidas. Experimento que pode dar certo; mas alguns não acreditam em economia florestal.
 - Passar do dilema desenvolvimento x preservação para “produzir para preservar”.
 - Remuneração por serviços ambientais. Qual o mecanismo mais apropriado? Não remunerar para “não produzir”. Como incentivar a reconversão da matriz produtiva?
 - Manejo do território: olhar como um todo – mosaico de usos.
 - Ações para áreas já abertas: recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, manejo de paisagens antrópicas sustentáveis.
 - Apoio à pequena agricultura: os assentamentos são viáveis? Não como são feitos hoje, sem acesso ao mercado e aos serviços básicos, deixando a população na dependência de madeireiros, etc.
 - Papel do Estado: mediação e tecnologias; investimentos em novas trajetórias; mediação do investimento tecnológico; estoque de tecnologias.
 - Transição para legalidade: como flexibilizar algumas regras para facilitar.

- Instituições: importância do fortalecimento das instituições. Entender e atacar questões de clientelismo e subversão da lógica das mesmas.
- Desafios: como fazer a transição para um novo modelo econômico prevendo (e mitigando) efeitos colaterais não esperados? Como diferenciar soluções paliativas de mudanças estruturais? Como não destruir a base produtiva implantada no processo de transição? Como fortalecer o papel das instituições como mediadoras desse processo?

4 Considerações finais

Para finalizar, escolhemos mais um contraponto do debate. Durante a discussão final no Painel 3, o representante da Faepa, Dr. Armando Soares, demonstrou preocupação com relação a um modelo de desenvolvimento sustentável, que considera um novo modelo econômico que não existe de fato, nunca foi criado em nenhuma outra parte do mundo: “O termo desenvolvimento sustentável não faz sentido. Todo desenvolvimento tem de ser sustentável, ou não é desenvolvimento. Quero que alguém me convença, convença à Faepa, sobre o que é este novo modelo. Que garantam que não vão matar células produtoras, como já ocorreu antes na Amazônia. Qual o tempo do processo de transição? O passo que se der errado agora vai custar para a população”.

A esta colocação, o Dr. Nilson Gabas Jr., moderador da sessão, respondeu: “É uma mudança de matriz, não uma redoma para engessar o desenvolvimento. É uma tentativa que pode dar certo, e então, servir de modelo em outros lugares do mundo”.

Ao invés de dar continuidade a um processo que multiplica desigualdade e destruição do nosso patrimônio natural, os relatores deste documento sugerem buscar - com ousadia e inteligência - construir um novo modelo econômico, que vise ao *manejo adequado e integrado do potencial social e econômico da floresta e das áreas já abertas*. Um erro agora pode, mesmo, custar muito caro para as futuras gerações. Neste processo de transição, todos os setores devem ser ouvidos.

As soluções não devem ser impostas, mas pactuadas, e o papel do Estado como mediador é essencial, em especial no fomento a novas tecnologias e cadeias produtivas, garantindo a reconstrução de uma cidadania para todos. A experiência mostra que soluções pontuais (setoriais e espaciais) não são efetivas.

O debate se mostrou possível. E o futuro que todos almejam para a Amazônia, é possível?